



A OTAN E O PACTO DE VARSÓVIA

Ney da Silva Oliveira

INTRODUÇÃO

O propósito do presente trabalho é demonstrar que as negociações visando à redução mútua e equilibrada de forças (MBFR) na Europa Central, iniciadas nos primeiros anos da década de 70, em Viena, entre representantes da OTAN e do Pacto de Varsóvia, representam uma séria ameaça à segurança do Bloco Ocidental.

Constitui uma complementação do publicado na edição do 2º trimestre de 1977, de *A Defesa Nacional*, quando servíamos na ECEME, ocasião em que, juntamente com outros instrutores, desenvolvemos estudos de acompanhamento da conjuntura estratégica mundial.

Aqui, tecemos considerações sobre os objetivos mais aparentes das duas Alianças nas referidas negociações e procuramos, à luz das

estratégias por elas adotadas, identificar os pontos onde a redução proposta se reflete em sua verdadeira expressão, não dissimulada nas simples linhas e entrelinhas de acordos internacionais.

Assim procedendo, parece-nos possível demonstrar o que pretendemos, isto é, o quanto perigoso constitui, para o Ocidente, admitir redução de suas forças na Europa Central, que, segundo pensamos, se concretizada, significará a porta aberta para que a URSS consiga seu magno intento: expandir sua ideologia por todo o globo terrestre, com Moscou situando-se como sede do Universo Vermelho.

A REDUÇÃO MÚTUA E EQUILIBRADA DE FORÇAS (MBFR) NA EUROPA CENTRAL

Em 1973, tiveram início as negociações visando à redução mútua e equilibrada de forças na re-

gião central da Europa, entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia.

Os países diretamente interessados na Zona de Redução são: na OTAN — Bélgica, RFA, Luxemburgo, Holanda, Grã-Bretanha, EUA e Canadá.

No Pacto de Varsóvia — URSS, Polônia, Tcheco-Eslováquia e RDA.

A pretendida redução, se concretizada, incidirá nas forças dos seguintes países (ou neles estacionadas): Bélgica, RFA, Luxemburgo, Holanda, Polônia, Tcheco-Eslováquia e RDA.

Embora os problemas enfrentados pelos negociadores de ambas as Alianças sejam militares, os de natureza política, principalmente, representam os maiores obstáculos a serem vencidos, razão da morosidade observada no desenrolar das negociações, com as propostas alternando-se com exasperadora lentidão.

Considerando o objetivo maior da URSS — expandir sua influência em toda a Europa, como passo mais importante para a comunicação do Mundo — é evidente que sua consecução não se coaduna com a redução do poder que lhe dá o controle sobre os países já sob seu domínio e, ao mesmo tempo, proporciona-lhe condições para, mesmo por meio da guerra, submeter os demais.

A redução de suas forças estacionadas na Polônia, na Tcheco-Eslováquia e na RDA poderia significar, também, para os satélites da URSS, um afrouxamento do jugo de sua ocupação e do férreo controle exercido pelos soviéticos.

Parece lógico supormos que seus negociadores não concordarão com o equilíbrio de forças buscado pela OTAN, cuja proposta de 16 Dez 75 apresentou, dentre outros pontos, a idéia de reduções assimétricas, até ser atingido o efetivo-teto comum de 700.000 homens para cada Aliança, na Zona de Redução.

Quais serão, então, os objetivos soviéticos?

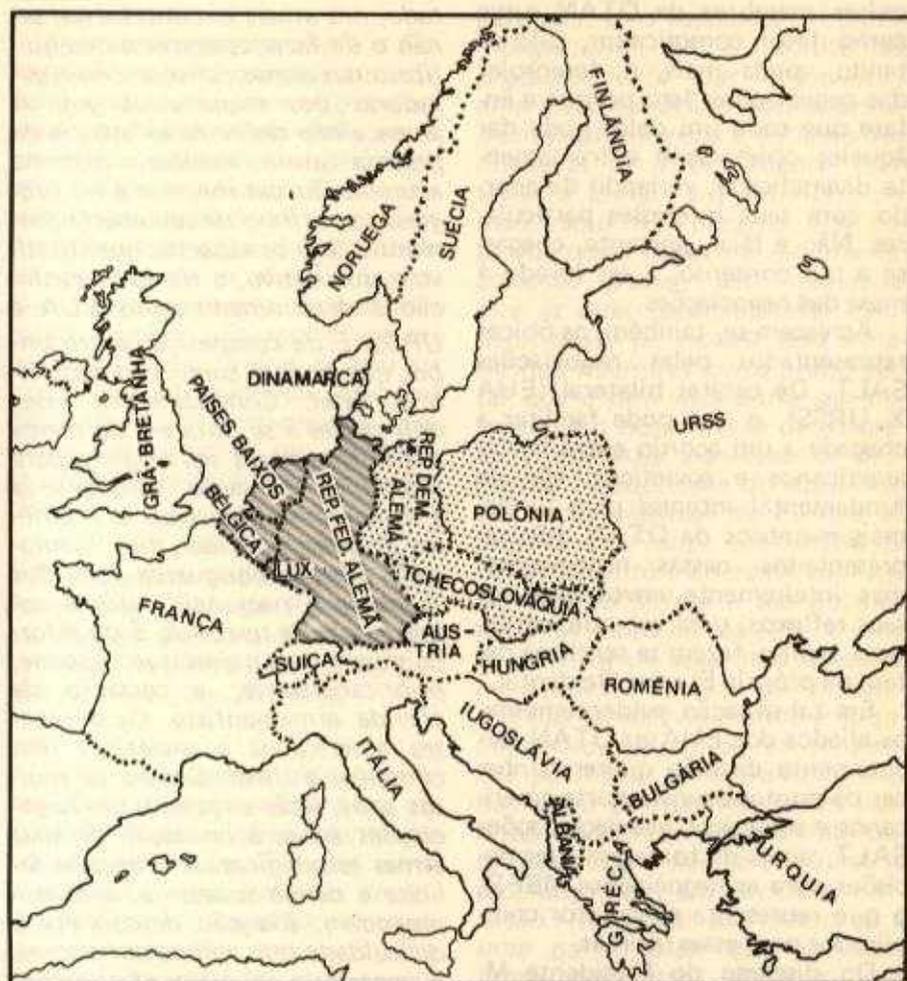
Segundo James F. Sattler, em sua obra *MBFR — Its Origin and Perspectives, Atlantic Treaty Association*, a URSS pretende desenvolver uma ofensiva global nas negociações com o Ocidente, particularmente na esfera político-econômica, o que não implica, necessariamente, em modificações no *status-quo* militar.

Sempre buscando auferir vantagens, eles conseguiram êxito considerável na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), concluída em 1 Ago 75, em Helsinqui, que, indiretamente, ressaltou a reivindicação soviética de que sua presença militar nos países satélites era plenamente justificada.

Como, então, irão admitir reduções de suas forças estacionadas naqueles países?

Tudo leva a crer que as negociações MBRF estejam constituindo, para os soviéticos, um meio para reduzir a resistência ocidental à consecução de seus objetivos finais.

Uma das medidas que mais contribuirão para que alcancem seu intento é a retirada ou a substan-



cial redução das forças norte-americanas estacionadas na Europa.

Enquanto isso, os objetivos da OTAN nas negociações podem ser identificados, sucintamente, como sendo: melhorar a distribuição relativa de forças e o equilíbrio militar; reduzir o risco de um conflito Ocidente X Oriente; atender às pressões internas para um abrandamento das tensões internacio-

nais; e reduzir os gastos com as forças militares da Aliança.

Comparando-os com o grande objetivo da URSS — o domínio mundial — verifica-se, facilmente, que, à exceção da diminuição do poder militar ocidental, nenhum deles é aceitável sob o ponto-de-vista soviético.

Além disso, o relacionamento democrático existente entre os

países membros da OTAN surge como fator complicador, dificultando, ainda mais, o desenrolar das negociações. Isto porque a ênfase que cada um deles pode dar àqueles objetivos é extremamente diversificada, variando de acordo com seus interesses particulares. Não é fácil, portanto, chegar-se a um consenso, a ser levado à mesa das negociações.

Acrescem-se, também, os óbices representados pelas negociações SALT. De caráter bilateral (EUA X URSS), o que pode facilitar a chegada a um acordo entre norte-americanos e soviéticos, são de fundamental interesse para os demais membros da OTAN, não representados nessas negociações, mas inteiramente envolvidos por seus reflexos, uma vez que, em última análise, fazem-se sentir na defesa da própria Europa Ocidental.

Em tal situação, evidentemente, os aliados dos EUA na OTAN forçosamente deverão querer conhecer os pontos-de-vista norte-americanos e soviéticos nas negociações SALT, antes de tomarem suas decisões para as negociações MBFR, o que representa novo fator complicador para essas últimas.

Do discurso do Presidente M. Valéry Giscard D'Estaing, por ocasião da 10ª Sessão Extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, sobre desarmamento, em 25 Mai 78, em Nova Iork:

“.....
É necessário descartar-se a ilusão, bem tentadora, de que bastará suprimir-se a arma nuclear para garantir a segurança de todos. Uma tal medida não teria outro resul-

tado, nas atuais circunstâncias, senão o de fazer aparecer o desequilíbrio das armas convencionais, geradoras dos maiores perigos. A ameaça não reside na existência da própria arma nuclear, mas na acumulação das mesmas e no progresso contínuo de seu aperfeiçoamento. Sob os aspectos quantitativo e qualitativo, o ritmo da evolução é determinado pelos EUA e URSS. É da competição entre ambos que poderá surgir o desequilíbrio fatal. Conduzindo-se esses dois países a se dotarem de meios muito superiores aos exigidos para a simples dissuasão, arriscar-se-ia a tornarem-se plausíveis as hipóteses de guerra nuclear, dita “limitada”, porque conduzida fora dos “santuários nacionais”, isto é, sobre o solo de terceiros. É do esforço desses dois países que depende, prioritariamente, a cessação da corrida armamentista. Os dirigentes americanos e soviéticos têm consciência disso. Depois de muitos anos, estão engajados em negociações sobre a limitação de suas armas estratégicas. A França os felicita e deseja sucesso ao que empreendem. Ela não desconhece a dificuldade que ambos enfrentam. É necessário encorajar efetivamente a consecução de reduções substanciais das quantidades de armas e um congelamento do desenvolvimento tecnológico, sem comprometimento da segurança das duas partes, nem de seus aliados. Os resultados não serão obtidos, em realidade, senão de maneira lenta e por etapas. Nós desejamos que essas etapas estejam próximas e sejam substanciais.

.....
 A ameaça que pesa sobre a Europa não resulta somente do acúmulo e do aperfeiçoamento dos arsenais nucleares. Nela estão compreendidas, também, a presença, em nosso continente, de uma enorme quantidade de armamentos convencionais e a disparidade existente entre as duas Alianças. Não nos enganemos: o desarmamento nuclear não encontrará rapidamente seus limites se essa situação não for resolvida. A visível disparidade dos armamentos convencionais constitui um verdadeiro entrave à redução dos meios nucleares.

....."
 Do discurso pronunciado pelo Primeiro-Ministro da França, por ocasião da abertura da sessão do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, em 20 Set 82:

.....
 Uma visão realista do desarmamento é a que o considera um assunto de todos e não somente das grandes potências. É a que salvaguarda o direito legítimo de todos os Estados à segurança no quadro das situações regionais. É a que garante medidas cuja execução possa ser verificada. Na Europa e mais genericamente no Hemisfério Norte, a segurança da França depende particularmente da situação dos armamentos nucleares das duas superpotências e da relação de forças clássicas das duas Alianças. A França estabeleceu sua defesa baseada no conceito de dissuasão nuclear, variando do mínimo ao máximo, e mantém,

para isto, uma capacidade mínima indispensável. Ela é favorável ao prosseguimento das negociações americano-soviéticas sobre armamentos estratégicos e armamentos nucleares de médio alcance, com vistas a atingir um equilíbrio no mais baixo nível possível. Mas, para que possa participar de uma negociação global, será necessário que as duas superpotências decidam, desde já, reduzir seus armamentos nucleares numa proporção tal que a diferença entre seu potencial e o nosso mude de natureza e que haja significativos progressos na supressão do equilíbrio de forças clássicas na Europa. A política da França em matéria de desarmamento é coerente com sua política de defesa e sua política exterior. Esses são os elos de uma só política de segurança, baseada na dissuasão nuclear, na diminuição das tensões no mundo e na solidariedade. Muito se tem dito sobre pacifismo e neutralismo, menos entre nós que nos países vizinhos. Convém ter-se uma visão clara sobre isso e não se confundir a esperança com sua concreta realização. Renunciar aos meios, ou a uma parte deles, que garantam nossa segurança, enquanto que aqueles que têm a possibilidade de provocar o apocalipse não reduzirem os seus, seria, simplesmente, ignorar as realidades internacionais. É para evitar todo o tipo de guerra, nuclear ou clássica, sobre o solo europeu, que nosso país apóia firmemente as iniciativas visando a instaurar um equilíbrio de forças entre Este e Oeste. Enfatizo o entendimento amplo da expres-

são, porque a nítida superioridade dos meios convencionais do Pacto de Varsóvia, porventura conhecidos, sobre os da OTAN é, às vezes, oculta pelo debate nuclear.

.....”
Tudo isto faz com que as negociações visando à redução mútua e equilibrada de forças na Europa Central se arrastem com enorme lentidão, com perspectivas muito remotas de desfecho em curto prazo.

Em realidade, é um problema de difícil solução, porque, sobretudo, uma das partes — o Pacto de Varsóvia, mais especificamente, a URSS preocupa-se muito mais em manter o *status quo* que em aceitar a discutida redução. Poderá fazê-lo, mas meramente de forma aparente e desde que lhe seja vantajosa.

Até lá, a demora nas negociações também age em seu favor, já que as pressões econômicas atuais podem levar os membros da OTAN a arriscarem uma significativa redução de seu poder militar, sem a contrapartida soviética, como vem sendo observado nos últimos anos.

Já em 1975, a Bélgica reduziu seus efetivos, e o tempo de serviço militar de suas forças passou a ser de um ano. A RFA também reduziu o período de serviço militar para 15 meses, e a Holanda para um ano. O Canadá retirou a maioria de suas forças sediadas na Europa Central, e a Grã-Bretanha decidiu reduzir drasticamente seu orçamento militar. Nos Estados Unidos, as pressões para a retirada das forças norte-americanas da Europa

são cada vez maiores, até mesmo por parte de congressistas.

Naquela época, das 30 Divisões consideradas e aceitas como o mínimo indispensável para as ações de defesa na Europa Central, dentro da estratégia da OTAN, existiam apenas 23, algumas das quais incompletas, estacionadas em “áreas não-operacionais”, por ocuparem aquartelamentos oriundos do período da II Guerra Mundial, isto é, não respondendo adequadamente às exigências do dispositivo requerido com vistas a futuras operações, e nem todas mantidas em permanente estado de pronto operacional.

Como reduzi-las ainda mais?

1ª Proposição — Os países do Pacto de Varsóvia apresentaram, em 8 Nov 73, um projeto de 10 pontos, propondo a redução em proporções iguais, isto é, a manutenção da relação de forças existentes, e a inclusão das armas nucleares e das forças aéreas como sujeitos das negociações.

Esta proposta significaria uma redução de 15% dos efetivos totais das forças terrestres e aéreas mantidas por ambas as alianças na Europa Central e estabelecia diferença entre forças estrangeiras e nacionais. As primeiras retornariam a seus países de origem, e as segundas seriam dissolvidas e seu pessoal desmobilizado. Elas não poderiam ser substituídas por outras unidades. O efetivo, a organização, o armamento e o restante do material de todas as forças sediadas na zona de redução seriam definidos e relatados com exatidão antes de ser firmado o Acordo.

Se aceita tal proposta, os efetivos da OTAN seriam reduzidos em 133.000 homens, permanecendo na região 644.000 militares. No Pacto de Varsóvia, as reduções seriam de 155.000 homens, permanecendo 775.000. A diferença entre os efetivos das duas alianças, quanto às forças terrestres, seria reduzida, apenas, em cerca de 22.000 homens, pelo que a proposta soviética não comportava grandes modificações. Os armamentos nucleares seriam reduzidos nas mesmas proporções, se bem que o projeto soviético não especificasse as normas a serem aplicadas.

Tem-se a impressão que o principal alvo da proposta soviética era a redução dos efetivos e dos armamentos da *Bundeswehr*, tida como o principal oponente das forças soviéticas, já que suas forças, objeto de redução, deveriam ser dissolvidas, enquanto as soviéticas seriam simplesmente evacuadas.

2ª Proposição — Em 22 Nov 73, a OTAN apresentou uma proposta prevendo uma redução assimétrica das forças terrestres, que, em duas fases, seriam reduzidas a um efetivo-teto comum de 700.000 homens para cada aliança. Somente as forças norte-americanas e soviéticas seriam reduzidas na 1ª fase, que comportaria a retirada de 29.000 militares norte-americanos e 67.000 soldados soviéticos, aos quais se acrescentariam 1.700 carros de combate soviéticos.

Na 2ª fase, seriam reduzidas as forças dos demais países, até ser atingido o efetivo-teto de 700.000 homens para cada aliança. Não ha-

veria limitações de armamento, e a redução não se aplicaria às armas nucleares, forças navais e anfíbias.

Tal proposta visava, unicamente, às forças terrestres, e, além de duas fases sucessivas, apresentava, pela primeira vez, a noção de efetivo-teto coletivo.

3ª Proposição — Em 16 Dez 75, a OTAN apresentou uma proposta especial, prevendo a inclusão das armas nucleares nas negociações. Propunha a retirada de 1.000 ogivas nucleares norte-americanas e seus vetores, em particular 54 aviões F-4 com capacidade nuclear e 36 sistemas *Pershing*. Essa proposta era subordinada a três pontos preliminares:

— os países do Pacto de Varsóvia aceitariam reduções assimétricas até ser atingido o efetivo-teto comum de 700.000 homens para cada aliança na zona de reduções;

— os países do Pacto de Varsóvia aceitariam o princípio das duas fases;

— a URSS retiraria da zona de redução 1.700 carros de combate, em troca da retirada de 29.000 militares norte-americanos.

A proposta estabelecia, ainda, outra condição: a fixação do efetivo-teto coletivo de 900.000 homens, para o conjunto das forças terrestres e aéreas de cada aliança. Significava que qualquer das facções poderia aumentar o efetivo de sua força aérea na zona de reduções, mas, para tal, o único meio seria manter o efetivo das forças terrestres abaixo de 700.000 homens.

Ao apresentar tal proposição, a OTAN procurou facilitar sua acei-

tação por parte da URSS. Representava uma distensão da posição de negociação defendida pelos países da OTAN depois de 1973, já que propunha a redução de elementos aéreos e dos sistemas de armas nucleares das forças americanas.

As unidades aéreas e armas nucleares não-americanas estavam excluídas dessa proposta.

4ª Proposição — A 19 Fev 76, a delegação soviética em Viena apresentou uma proposta complementar à de Nov 73, prevendo que, em 1976, as duas alianças retirariam da zona de reduções 2 ou 3% dos efetivos totais das forças americanas e soviéticas ali sediadas. Essas reduções compreenderiam, também, para cada aliança, 300 carros de combate, 1/4 dos corpos-de-exército, 54 aviões de combate com capacidade nuclear (tipo F-4 ou SU 17/20 A e C), 36 sistemas de mísseis (*Pershing* ou *Scudb*) e os armamentos convencionais e nucleares normais, com sistemas de defesa terra-ar e, em particular, uma quantidade não fixada de mísseis de defesa aérea *Nike* — *Hércules* e SAM 2. Em 1977, as forças interaliadas de cada aliança não seriam aumentadas. Em 1978, as forças européias seriam reduzidas entre 2 e 3%.

Tal proposta reafirmava os pontos básicos da antiga proposta soviética de 1973, apresentando os seguintes novos elementos: redução em duas etapas, obrigação para URSS e EUA de dissolver, fora da zona de reduções, as unidades evacuadas, com a possibilidade de empregar o pessoal em outras or-

ganizações externas à zona, e inclusão dos sistemas terra-ar nas negociações.

As reduções propostas pelos soviéticos incidiriam mais profundamente sobre o potencial nuclear e as forças blindadas da OTAN que sobre os do Pacto de Varsóvia. Para se ter uma idéia, a retirada de 300 CC de um total de 15.500 do Pacto de Varsóvia e de 6.000 da OTAN equivaleria a uma redução de forças da OTAN, já bem inferiores às do oponente, duas vezes maior que a sofrida pelo Pacto, ou seja, 5% de redução na OTAN contra cerca de 2% do Pacto de Varsóvia. No tocante à força aérea, a retirada de 53 aparelhos no Pacto representaria, apenas, 17% do total existente, enquanto que, na OTAN, corresponderia a 47% do total.

Nesta proposta, os soviéticos usaram vários itens constantes da proposição feita pela OTAN em Dez 75, para acentuar, ainda mais, aquilo que eles consideram como uma distensão nas negociações e para atingirem seu objetivo principal, que é incluir, de qualquer modo, as forças aéreas e nucleares nas conversações em Viena. Eles não tocaram em reduções assimétricas, defendidas pela OTAN, para se chegar a um efetivo-teto igual, razão que levou o porta-voz da OTAN a declarar que o Pacto de Varsóvia não havia mudado sua concepção sobre as reduções.

Consideração — Das propostas apresentadas, podemos destacar que a OTAN procura estabelecer uma paridade aproximada entre as

forças terrestres das duas alianças na zona de reduções.

Em Jun 76, o Pacto de Varsóvia apresentou, em Viena, dados sobre os efetivos de suas F Ter naquela zona. Tais dados dão a impressão de que os soviéticos vão estabelecer um novo argumento, isto é, que a paridade aproximada já existe, o que tornará inúteis as reduções assimétricas propostas pela OTAN.

Através de sua proposta de Dez 76, a OTAN ofereceu, unilateralmente, a inclusão dos sistemas nucleares de longo alcance e de grande potência nas negociações. A URSS aproveitou esta proposta e procurou utilizá-la em seu proveito.

AS ESTRATÉGIAS

A concepção estratégica geral contida nos textos dos tratados da OTAN e do Pacto de Varsóvia é da defensiva.

Ambas as Alianças, desde a criação, basearam suas estratégias no poder dissuasório de suas forças.

Estratégia da OTAN — A estratégia da OTAN para a defesa da Europa Ocidental mudou sensivelmente desde a sua criação. Até os meados da década de 60, a esmagadora superioridade nuclear estratégica e tática dos americanos era considerada suficiente para deter qualquer forma de agressão, muito embora as forças do Pacto de Varsóvia mantivessem, como ainda mantêm, uma preponderância de forças convencionais no continente. A ameaça da *retaliação nuclear maciça* contra a URSS era sufi-

ciente para dissuadir o emprego daquelas forças ante a incapacidade soviética no tocante a armas nucleares. Nessa época, as forças convencionais da OTAN funcionavam como "arame de tropeço" ou "gatilho" destinado a caracterizar a agressão e a assegurar a resposta nuclear imediata da Aliança.

A partir de então, a credibilidade da garantia da dissuasão estratégica nuclear americana mudou. A confiança na capacidade de as armas nucleares norte-americanas, sozinhas, continuarem a dissuadir ações militares hostis das forças do Pacto de Varsóvia diminuiu sensivelmente em consequência do surgimento da URSS como potência nuclear, com capacidade retaliadora estratégica, embora em nível inferior ao dos Estados Unidos, mas em condições de ameaçar o próprio território norte-americano.

Tal fato fez surgirem dúvidas entre os membros europeus da OTAN, proclamadas com mais veemência por De Gaulle, que inquiria se algum Presidente dos Estados Unidos submeteria sua própria Nação ao risco de um ataque nuclear ao defender qualquer outro território que não o seu.

O resultado foi a adoção formal, pela OTAN, em 1967, da estratégia da *resposta flexível*, implicando na criação de uma capacidade efetiva de defender a Europa Ocidental antes de empregar armas nucleares e, ainda, em progressivo aumento da reação, a partir de um nível baixo e limitado, até fases envolvendo o emprego de armas nucleares táticas e estratégicas, sempre com o objetivo de conter a

guerra. Exige, portanto, o desenvolvimento de capacidades de resposta nuclear tática e estratégica, bem como de resposta convencional, para assegurar à OTAN um poder de dissuasão e, se necessário, frustrar uma agressão nuclear e convencional por parte do Pacto de Varsóvia.

Como se depreende, as forças convencionais da OTAN tiveram que abandonar o antigo papel de "arame de tropeço", devendo estar, *sempre*, em condições de fazer frente a um ataque convencional por parte das forças do Pacto de Varsóvia. Qualquer enfraquecimento seu, portanto, estará comprometendo a capacidade operacional da OTAN. Tal fato é de grande relevância nas conclusões que apresentaremos no final deste trabalho.

Atualmente, o Conceito Estratégico Geral da OTAN tem a seguinte formulação:

"Preservar a paz e prover a segurança da zona do Tratado do Atlântico Norte, primeiramente por meio de uma dissuasão crível, efetivada pela oposição de forças adequadas da OTAN a qualquer possível ameaça ou ato de agressão, no quadro de um conceito de defesa avançada e de flexibilidade na resposta."

O conceito de "defesa avançada" é um princípio estratégico que compreende, para o caso de um ataque convencional, três fases:

— *Retardar* o agressor com uma força de cobertura.

Tal força é composta, basicamente, de elementos de Cavalaria Mecanizada e se desdobra ao longo

da fronteira da RFA, representando cerca de 1/4 das forças terrestres ativas da OTAN na Europa Central.

— *Deter* o agressor com as demais forças na Europa e reforços trazidos dos Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha.

— *Contra-atacar*, visando à expulsão das forças hostis do território da OTAN.

As armas nucleares táticas e estratégicas serão empregadas, apenas, em casos extremos e de modo restrito e seletivo.

Estratégia do Pacto de Varsóvia

— Após a II Guerra Mundial, os soviéticos mantiveram poderosas forças convencionais se opondo à Europa Ocidental, como fator de dissuasão contra um possível ataque nuclear dos Estados Unidos. Era a estratégia da *Europa como refém*; entretanto, a URSS se dedicava à fabricação, o mais rápido possível, de sua arma nuclear, o que conseguiu em menos de 5 anos, a partir dos quais os conceitos anteriormente adotados por Stalin foram abandonados em sua quase totalidade.

Os soviéticos passaram a desdobrar as suas armas nucleares na Europa, muito embora as forças convencionais continuassem a ocupar o mais importante papel de sua estratégia.

A estratégia preconizada por Krushev baseava-se na concepção de que uma guerra entre as duas Alianças se transformaria, rapidamente, em um conflito global, no qual as armas nucleares desempenhariam um papel decisivo.

Os soviéticos possuíam, em 1960, um expressivo número de armas nucleares táticas desdobradas; no entanto, a quantidade de armas nucleares estratégicas ainda era pequena.

Krushev buscou reduzir certos tipos de forças convencionais, que julgava estarem obsoletas, visando a liberar recursos para o desenvolvimento no campo nuclear. O equilíbrio entre as forças nucleares e as convencionais tornou-se um princípio básico da política militar soviética após a queda de Krushev, e vigora até hoje.

Entretanto, a partir de meados da década de 60, os sistemas nucleares estratégicos voltados contra os Estados Unidos passaram a ser base da dissuasão soviética.

Já em 1964, havia mais de 300 mísseis balísticos intercontinentais instalados, o que conduziu a uma reavaliação dos problemas da guerra convencional na Europa.

A maior ênfase dada pela OTAN aos aspectos convencionais representou, para os soviéticos, um indício inegável de que sua capacidade de dissuasão tinha aumentado, e a confiança da URSS em sua posição cresceu mais ainda com a obtenção da paridade nuclear estratégica com os Estados Unidos e com o Acordo de Limitação de Armas Estratégicas Nucleares (SALT).

Por isso, os soviéticos, modificando sua concepção, vêm se preparando para a possibilidade de uma nova guerra convencional na Europa e, embora a estratégia do Pacto de Varsóvia seja apresentada como defensiva, suas forças,

particularmente as das URSS, estão estruturadas e orientadas de modo a desencadear uma guerra curta e intensa, caracterizada por operações ofensivas desenvolvidas com grande velocidade.

AS DIREÇÕES ESTRATÉGICAS

Estudando-se a Europa Central, pode-se definir as seguintes direções estratégicas principais, de possível utilização pelas forças terrestres do Pacto de Varsóvia:

Dire 1 — Schwerin (RDA) — Hamburgo/Lüneberg — Amsterdam — Rotterdam/Haia — Antuérpia — Bruxelas/Lille — Paris.

Dire 2 — Stendal (RDA) — Hannover — Essen — Liège — Reims — Paris.

Dire 3 — Leipzig (RDA) — Kassel — Essen/Düsseldorf.

Dire 4 — Leipzig (RDA) — Kassel — Frankfurt — Saarbrücken — Metz — Paris.

Dire 5 — Pilsen (CH) — Nuremberg — Frankfurt.

Dire 6 — Pilsen (CH) — Nuremberg — Stuttgart — Nancy — Paris.

Dire 7 — Horazdovice (CH) — Regensburg — München — Innsbruck (Áustria).

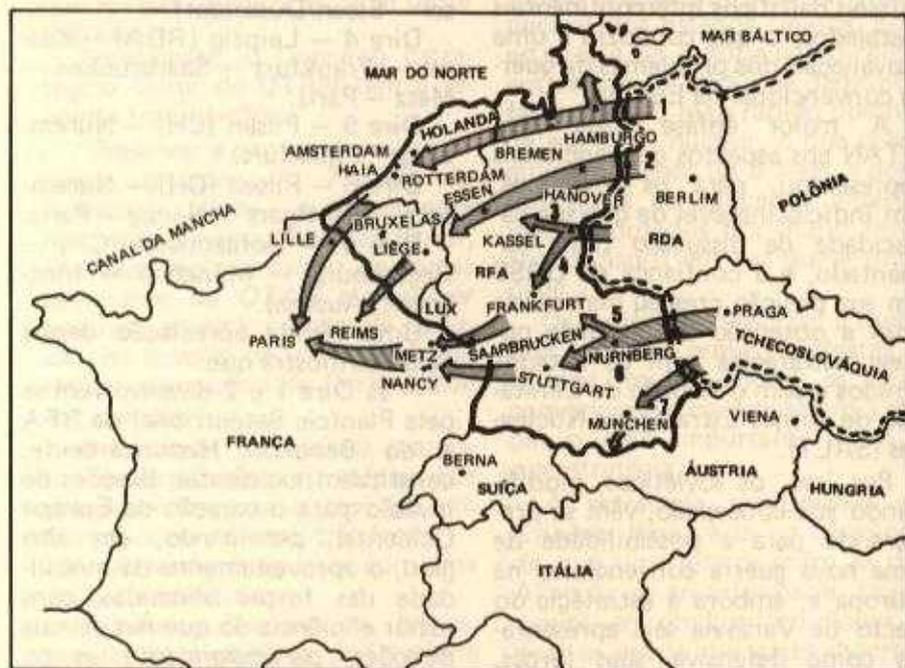
Uma rápida apreciação dessas direções mostra que:

— as Dire 1 e 2 desenvolvem-se pela Planície Setentrional da RFA e do Benelux. Historicamente, constituem excelentes direções de invasão para o coração da Europa Ocidental, permitindo, em alto grau, o aproveitamento da mobilidade das forças blindadas, com maior eficiência do que nas demais direções, particularmente as do

Sul, com terreno bem mais acidentado e difícil. Ainda que enfrentando uma série de rios, em seus cursos inferiores e, portanto, com maior volume de água, e, ainda, a despeito de desenvolver-se transversalmente aos inúmeros canais holandeses (Dire 1), tais obstáculos perdem em muito sua expressão ante o fato de as forças do Pacto de Varsóvia serem dotadas com materiais adequados a operações nesse tipo de terreno, eliminando as deficiências sentidas na II Guerra Mundial e distribuídos em quantidade suficiente às Unidades que operarão em 1º escalão. Comportando uma excelente rede rodoviária, tornam-se de alta probabilidade de adoção para a conquista do núcleo econômico da Europa Ocidental.

Além de tudo, a Dire 1 possibilita ações rápidas sobre os principais portos do Norte da Europa, e a Dire 2 oferece excelente proteção de flanco à mesma, em todo seu desenvolvimento.

— as Dire que passam por Kassel (Dire 3 e 4) constituem o caminho mais curto para as forças do Pacto atingirem o Rio Reno. Apenas cerca de 150 km separam a RDA do corte daquele curso de água. Considerando a urgência com que tais forças quererão estabelecer uma cabeça-de-ponte em sua margem oeste, a fim de garantirem as melhores condições para seu rápido prosseguimento, a Dire 4 assume particular relevo em relação aos interesses do Pacto, uma vez que possibilita, em uma segunda etapa e em curto prazo, a trans-



posição do Rio Meuse. Além disso, favorece a divisão do dispositivo das forças ocidentais pelo agressor. A Dire 3, por sua vez, permite que a rica região do Reno-Ruhr seja rapidamente atingida pelas forças atacantes, além de favorecer o isolamento das forças da OTAN que estiverem desdobradas na Planície Setentrional da RFA.

— a Dire 5, praticamente, oferece condições semelhantes às da Dire 4, sem a vantagem da pequena extensão que esta última possui. A partir de Frankfurt, confunde-se com a mesma, em seu prosseguimento para oeste. Basicamente, é uma direção favorável ao emprego de forças visando à fixação dos elementos da OTAN empregados na região centro-sul da RFA.

— a Dire 6, embora longa, goza de excelente proteção em seu flanco Sul (Rio Danúbio) e enfrenta os obstáculos representados pelos Rios Neckar e Reno em seus cursos superiores, com menor volume de água e menos largura, mas de margens íngremes, em face de a região estar próxima aos contrafortes dos Alpes. Além disso, as florestas nela existentes limitam bastante o espaço de manobra das forças atacantes, favorecendo a defesa.

— a Dire 7, para as ações contra os países da OTAN, na Europa Central, é completamente deseixada e, por isso, secundária.

Pela apreciação sucinta das direções estratégicas principais, de possível adoção pelas forças do Pacto de Varsóvia, podemos ordená-las, segundo a importância de

que se revestem, em: Dire 1, 4, 2, 3, 5, 6 e 7.

O DISPOSITIVO DA OTAN

Pelos planejamentos da OTAN, suas forças operarão segundo o seguinte dispositivo:



Verifica-se, pois, que as principais direções estratégicas serão defendidas conforme abaixo:

- Dire 1: Forças alemãs;
- Dire 2: Forças inglesas;
- Dire 3: Forças belgas;
- Dire 4: Forças alemãs;
- Dire 5 4 6: Forças norte-americanas;
- Dire 7: Forças alemãs.

Em 2º escalão, dispõem-se as forças holandesas (PIj), ao Norte, e as francesas, ao Sul.

Observa-se que, das três principais direções estratégicas (Dire 1, 2 e 4), as duas mais importantes (Dire 1 e 4) estão sob a responsabilidade das forças alemãs.

Assim raciocinando, é possível verificar-se o interesse dos negociadores do Pacto de Varsóvia, demonstrado concretamente desde 8 Nov 73 (1ª Proposição), quando estabeleceram diferença entre forças estrangeiras e nacionais, propondo, também, que essas últimas fossem dissolvidas, e seu pessoal desmobilizado.

Se aceita, tal proposição implicaria no enfraquecimento ainda maior das forças alemãs dispostas na fronteira entre a RFA e RDA/Tcheco-Eslováquia, e, sobretudo, das que defendem as direções estratégicas de maior importância para o Pacto de Varsóvia.

O CRESCIMENTO URBANO NA RFA

Como vimos, a estratégia da OTAN prevê o emprego de uma Força de Cobertura, que retardará o inimigo até ser acolhida em uma posição defensiva, onde o grosso das Forças da OTAN deterá o agressor, passando, posteriormente, à contra-ofensiva.

A execução de tal estratégia repousa, basicamente, no combate em terreno aberto, mais ou menos nos moldes da II Guerra Mundial, sem considerar, em sua verdadeira expressão, a influência da crescente urbanização que vem ocorrendo no Velho Continente, desde o término daquele conflito.

Tal crescimento urbano, na Europa Ocidental, se devidamente considerado, implicaria em profundas modificações nos planejamentos e no dispositivo das forças da OTAN. Desconsiderá-lo, significa omitir os graves problemas que, fatalmente, aquela Aliança enfrentará no futuro ou, pior ainda, em pleno combate, não só pela desatualização de planejamentos e dispositivo de suas forças, como, também, pelo despreparo de seus combatentes no tocante a operações em áreas edificadas.

O crescimento urbano fez com que as cidades da Europa Ocidental se transformassem em grandes metrópoles, convergentes entre si, passando a constituir formidáveis obstáculos aos movimentos militares, além de representarem importantes centros políticos, econômicos e populacionais, que, sem dúvida, estarão incluídos nas ações que se desenvolverão num futuro conflito.

As operações militares em áreas edificadas, a defesa civil, os problemas relacionados com a proteção das populações particularmente contra armas nucleares, a evacuação dos civis e outros problemas decorrentes não parecem vir recebendo a devida atenção dos governos e dos chefes militares dos países que integram a OTAN, isto porque esses altos escalões talvez acreditem que o conflito, se vier — e acham tal possibilidade muito remota —, dar-se-á nas planícies alemãs, e que os centros urbanos serão desbordados pelas forças militares, como sempre se procurou fazer em conflitos passados.

Entretanto, ao se desenvolverem as grandes cidades da Europa Ocidental passaram a ser dotadas de excelentes redes rodo-ferroviárias, além de implantarem suas partes mais recentes, normalmente seus subúrbios, segundo um dispositivo de construções afastadas entre si e com ruas bastante espaçadas. Constituem-se, assim, em excelentes objetivos para as forças atacantes, além da proteção que oferecem às mesmas, já que os defensores poderão hesitar em destruir suas próprias cidades, reconstruídas com muito esforço após a II Guerra Mundial.

Quanto mais o tempo passa, mais as cidades se desenvolvem e mais próximas se tornam entre si. Desse modo, maior se torna a tendência para que, num conflito futuro, o combate em áreas edificadas seja extremamente freqüente, quase que a tônica das ações militares.

Observa-se isto com facilidade até mesmo quando se considera o caso das pequenas cidades ou vilas européias. Por exemplo, uma posição defensiva de uma Brigada blindada da OTAN, disposta na fronteira com a RDA, com uma zona de ação de cerca de 25 km de frente, abrange da ordem de 85 vilas. Como as pequenas cidades ou vilas e as florestas existentes ocupam cerca de 60% do espaço disponível, as forças invasoras do Pacto de Varsóvia, particularmente seus carros de combate, dificilmente poderão desbordar uma daquelas vilas sem se defrontarem, imediatamente após, com outra.

Mas, a OTAN, repetimos, não parece considerar tais implicações nos devidos termos, talvez não porque os planejamentos de operações militares em terreno aberto seja mais fácil, e sim para evitar problemas bem mais sérios e delicados, decorrentes das altas taxas das estimativas de danos nas cidades e das baixas entre as populações, a que se chega quando se admite o emprego de armas nucleares (AN) táticas soviéticas sobre os centros urbanos da Europa Ocidental.

Ora, podemos admitir que o emprego das AN táticas soviéticas será uma realidade em um futuro conflito, ante a necessidade de as forças do Pacto de Varsóvia prosseguirem em seu rápido avanço sobre o território da OTAN, conforme configurado na estratégia Vermelha. Defrontando-se com cidades e vilas, uma imediatamente após a outra, somente o emprego de armas nucleares permitirá a obtenção da rapidez indispensável à consecução dos intentos soviéticos.

Daí, decorre um outro problema. O emprego de AN, ainda que táticas, conduz a uma maior dispersão das forças militares, como medida de proteção insofismável.

Ante o crescimento urbano cada vez maior, torna-se evidente que aumentam significativamente as probabilidades de as forças militares assim dispersas terem de operar em áreas edificadas.

Na RFA, provável palco inicial de um futuro conflito, as maiores extensões urbanas encontram-se nas regiões de Reno—Ruhr, Saar-

brücken—Volklingen, Reno—Main
 Reno—Neckar, Stuttgart, Muni-
 que, Nuremberg, Hanover, Ham-
 burgo e Bremen, todas elas eixadas

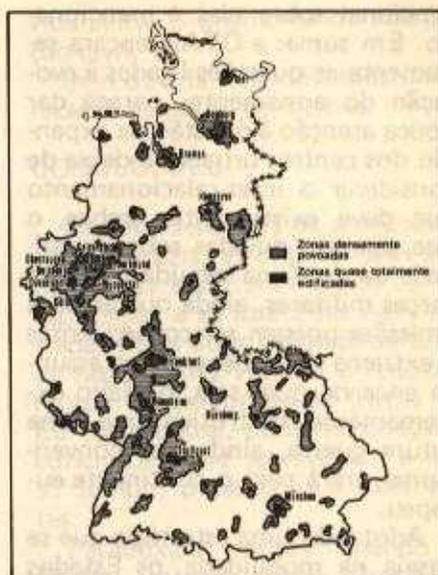
às direções estratégicas de possível
 adoção pelas forças do Pacto de
 Varsóvia, vistas no Prf anterior.



Segundo as estimativas, durante a década de 1980, dar-se-á a junção da região do Reno—Ruhr com a região do Randstad holandês, formando uma extensão urbana gigante, com cerca de 300 km de comprimento, com profunda influência sobre os conceitos estratégicos vigentes, devido ao bloqueio que oferecerá às direções estratégicas tradicionais, seguidas tanto na I como na II Guerras Mundiais (Direções 1 e 2).

Hamburgo, Hanover e Kassel, localizadas na zona fronteiriça com a RDA, o que lhes empresta especial significado, também estão crescendo em ritmo acelerado, tendendo a formar uma grande barreira urbana juntamente com Lüneburg, Celle, Braunschweig, Buckeburg, Munster e Verden (Dire 1, 2, 3 e 4). Ocorre, entretanto, que essa última barreira, em sua parte sul, tende a desenvolver-se no sentido leste-oeste, de Celle para Munster, minimizando sua expressão como obstáculo e apresentando-se paralelamente à provável direção de atuação das forças do Pacto de Varsóvia, garantindo-lhes uma excelente proteção de flanco.

Todo esse crescimento urbano implica, como se vê, na redução gradual das áreas livres por onde as forças blindadas de ambas Alianças poderão arremeter, significando, principalmente, um estreitamento nas passagens que as forças do Pacto disporão para investirem sobre as posições da OTAN, fato agravado pela expansão das áreas verdes, conseqüente aos programas de reflorestamento incentivados pelo governo da RFA.



Podemos concluir, então, que ambos os fatos condicionarão os movimentos das forças militares, levando-os, em sua maioria, a serem efetuados a cavaleiro dos principais eixos rodoviários, que, por sua vez, demandam as grandes cidades.

Como se vê, o combate em áreas edificadas deverá ser uma constante em um futuro conflito.

E como ambas as Alianças encararam tal fato?

Quanto à OTAN, algumas referências são feitas a respeito das influências do crescimento urbano. Apenas isso, e em poucos documentos. Nenhum pronunciamento é feito, entretanto, no tocante ao provável emprego de armas nucleares táticas soviéticas sobre as áreas urbanas do Ocidente Europeu. Nem mesmo os efeitos do emprego de armamento con-

vencional sobre elas é mencionado. Em suma: a OTAN encara seriamente as questões ligadas à evolução do armamento, parece dar pouca atenção à questão da expansão dos centros urbanos e deixa de considerar o inter-relacionamento que deve existir entre ambas, o que acarreta dúvidas sobre a validade da doutrina seguida por suas forças militares, ainda que aquelas omissões possam ser conseqüentes à extrema delicadeza que o assunto encerra, qual seja, o efeito extremamente destrutivo que uma futura guerra, ainda que convencional, trará para o continente europeu.

Adotando uma estratégia que se baseia na mobilidade, os Estados Unidos desenvolveram doutrinas, armamentos e equipamentos apropriados à guerra de movimento, como Patton a conduzia, mas necessitando de grandes espaços livres, não condizendo com as influências do crescimento urbano apresentado na Europa Ocidental. Tal influência se faz sentir de modo negativo nos planos da OTAN.

E quanto ao Pacto de Varsóvia?

Como sempre, profundamente realistas, os oponentes Vermelhos não se descaram. Consideram, devidamente, que os combates em áreas edificadas serão freqüentes, admitindo que a cada 40 ou 60 km suas forças deverão ter que conquistar uma localidade, eixada a uma importante direção.

Nos dizeres do Major-General Shovkolovich, tais localidades "desempenham um papel de destaque na vida econômica e política de um país e, conseqüentemente, go-

zarão de importância militar em qualquer conflito que os imperialistas desencadearem".

Que diferença em relação aos pontos-de-vista ocidentais!

No caso de as forças do Pacto, em um futuro conflito, atacarem os centros urbanos ocidentais, as forças da OTAN ver-se-ão em sérias dificuldades, já que a reconquista das localidades caídas em mãos do agressor implicará em intensos combates, com graves conseqüências para as populações civis que não tiverem tido tempo para evacuá-las.

Poderiam, as forças da OTAN, empregar AN táticas sobre as localidades conquistadas pelo oponente? Dificilmente poder-se-ia admitir isso, não só pela presença dos civis no interior daqueles centros urbanos, como pelo terrível efeito destruidor conseqüente, como, ainda, pela possibilidade, sempre presente, do emprego de AN soviéticas sobre as demais cidades ainda não conquistadas, no mínimo a título de retaliação.

Paradoxalmente, portanto, o crescimento urbano, apesar de oferecer obstáculo à progressão das forças do Pacto, oferece-lhes, também, condições para minimizar sua vulnerabilidade às ações mais expressivas das forças da OTAN, dificultando as operações dessas últimas. Ante o dilema — evitar as localidades ou perder em rapidez de progressão — é lícito supormos que as forças do Pacto optarão por essa última, já que os grandes eixos rodoviários convergem para os grandes centros urbanos, tornan-

do-os, obrigatoriamente, importantes objetivos.

Acresce, ainda, que as sofisticadas armas desenvolvidas pelos países da OTAN parecem ter sua eficácia bastante reduzida quando empregadas em áreas urbanas, o que, certamente, não passa despercebido às forças do Pacto, aumentando as possibilidades de seus ataques serem dirigidos contra aqueles centros.

Daí a importância da bomba de nêutrons, desenvolvida graças à tecnologia norte-americana e significando um formidável trunfo para as forças da OTAN. Persistirá, contudo, a necessidade de imediata evacuação da população civil das cidades ameaçadas pelo avanço das forças do Pacto, criando condições para o emprego daquela arma e, ainda, como sempre ocorre por ocasião das operações militares, evitando a influência negativa que a presença de civis acarreta às mesmas.

Em suma, a OTAN tem deixado de aproveitar as facilidades que os grandes centros urbanos oferecem para as ações de defesa. Se o fizesse, poderia criar uma formidável Linha Maginot, em ampla frente e escalonada em profundidade, na qual as zonas edificadas funcionariam como colossais barreiras anticarro contra as forças do Pacto de Varsóvia, fazendo com que os ataques maciços dos CC inimigos fossem extremamente onerosos e, portanto, desaconselháveis. Não só não faz isso, como, também, descarta-se do treinamento de suas forças para combate em áreas edificadas, além de não considerar de-

vidamente o problema da evacuação civil.

Sem dúvida, tais omissões favorecerão as ações Vermelhas.

CONCLUSÕES

Se considerarmos os antecedentes históricos, as organizações políticas, as estruturas militares, as estratégias e as intenções demonstradas pelas duas Alianças durante as negociações visando à redução mútua e equilibrada de forças na Europa Central, podemos chegar a conclusões que se revelam, a um só tempo, paradoxais e alarmantes.

Paradoxais porque quando a OTAN possuía nítida vantagem militar, há cerca de 30 anos atrás, considerava as forças do Pacto de Varsóvia como séria ameaça para a Europa Ocidental, ao passo que, nos últimos anos, quando aquela vantagem favorece os soviéticos, a perspectiva de uma agressão militar vermelha é considerada, pelos ocidentais, como uma hipótese remota, a ponto de admitir redução em suas forças.

Até 23 Set 49, data da 1ª explosão atômica soviética, os Estados Unidos e seus aliados possuíam o monopólio nuclear e detinham o efetivo controle de todos os mares do mundo. A superioridade numérica dos soviéticos era anulada pela superioridade qualitativa ocidental. A partir de então, muito mais preocupados com o equilíbrio dos orçamentos de seus países, os dirigentes ocidentais foram se deixando convencer pela propaganda comunista da coexis-

tência pacífica, admitindo que a URSS abandonara sua política expansionista, que viera à luz mesmo antes do início da II Guerra Mundial, com o protocolo adicional secreto do Tratado Germano-Soviético de Não Agressão, onde era definida a partilha da Polônia. E assim, quase tudo mudou em relação à situação militar.

A mais alarmante e significativa mudança ocorreu no campo nuclear, com a URSS desenvolvendo rapidamente sua tecnologia, em consequência à concentração total de esforços nesse setor, buscando anular a superioridade norte-americana. Surpreendentemente, ainda na década de 50, a URSS aperfeiçoou, além de suas armas nucleares, os vetores que a elevaram ao status de possuidora de armamento estratégico nuclear, garantindo sua posição de superpotência, em contraposição aos Estados Unidos.

Também alarmante e significativo foi o rapidíssimo desenvolvimento da Marinha soviética. De uma insignificante e obsoleta força, ao fim da II Guerra Mundial, faz-se sentir, hoje, em todos os mares, figurando, a URSS, como detentora da maior frota de submarinos convencionais e nucleares. Antes, uma simples força de defesa costeira; hoje, elemento dinâmico e potente, dando condições à URSS para promover sua política expansionista e, em caso de guerra, aplicar uma estratégia global, no Mediterrâneo, no Pacífico, no Índico, no Atlântico, no Ártico, enfim, em todos os mares.

Muito embora o conjunto das armadas dos países integrantes da

OTAN ainda supere a frota convencional soviética, em termos numéricos, os submarinos nucleares da URSS representam, para o bloco ocidental, uma séria ameaça.

Tais modificações também se fizeram sentir no tocante ao poder aéreo, onde se fez notar uma radical evolução da Força Aérea da URSS. Antes, organizada basicamente visando à defesa das fronteiras soviéticas e à interceptação de bombardeiros inimigos, ela evoluiu de forma impressionante, permitindo que a URSS adotasse uma estratégia global nesse particular.

A defesa aérea passou a basear-se quase que totalmente nos sistemas de mísseis terra-ar. Quanto às aeronaves, todos os esforços de desenvolvimento se concentraram em dois tipos de aparelhos, com vistas a uma estratégia ofensiva: os MIG, especialmente projetados para vôos rasantes à velocidade supersônica, podendo servir como vetores de armas nucleares táticas e estratégicas; e um segundo tipo, de grande porte, com enorme capacidade de carga e grande raio de ação, equipado com sistemas eletrônicos que lhe possibilitam interferir nos dispositivos de orientação dos mísseis e nos sistemas de comunicações inimigos e, voando em missões de reconhecimento marítimo, prover apoio e informações aos submarinos soviéticos, podendo ser empregado, também, para o transporte rápido e eficiente de grandes efetivos ou equipamentos a longas distâncias.

A eficiência desse segundo tipo de aeronave foi largamente demonstrada em três oportunidades:

em 1968, transportando rapidamente forças do Pacto de Varsóvia para a Tcheco-Eslováquia, no que ficou mundialmente conhecido como a "Primavera de Praga"; no transporte de suprimentos para a Índia, durante a guerra desse país contra o Paquistão, em 1970; e, mais recentemente, no transporte de forças cubanas para Angola, em apoio decisivo à vitória do MPLA de Agostinho Neto.

Enquanto ocorria esse formidável desenvolvimento da URSS, no campo militar, os dirigentes ocidentais, voltamos a dizer, preocupavam-se muito mais com a situação econômica de seus países, cegos à ameaça armada que cresce ante seus olhos, inteiramente visível, ainda que por trás da "Cortina". E a OTAN, hoje, vê-se em desvantagem em relação ao Pacto de Varsóvia.

Ora, ante todo esse desenvolvimento militar da URSS; ante o modo férreo com que mantém total controle sobre seus países-satélites; ante as contínuas provas de que sua política expansionista continua em pleno vigor, como atualmente vemos na África e no Afeganistão; ante o teor das próprias propostas que tem feito no decurso das negociações visando à redução de forças na Europa Central, nas quais pode-se verificar, com clareza e facilmente, seu intento em auferir vantagens significativas, em particular o enfraquecimento ainda maior das forças da OTAN que se lhe antepõem; ante tudo isso, é lícito se esperar que as referidas negociações representem alguma vantagem para a OTAN?

Trarão, elas, alguma distensão real na situação de confronto entre ambas as Alianças? Ou será que a esperada distensão é meramente aparente e que os propósitos reais soviéticos não estejam sendo percebidos pelos líderes ocidentais, que não conseguiram ver — ou não deram a devida atenção — ao crescimento do poder militar soviético?

As respostas a tais perguntas só podem ser encontradas se considerarmos as conseqüências de uma redução das forças da OTAN na Europa Central, independentemente de as mesmas se fazerem quer segundo os moldes propostos pela OTAN, quer segundo os apresentados pelo Pacto de Varsóvia.

Pode-se demonstrar o significado da Europa Central para a estratégia soviética quando se analisa o que ambas as alianças mantêm nas diversas regiões da Europa.

No Norte do continente europeu está situada, apenas, uma Brigada da OTAN, defrontando-se com 6 Divisões do Pacto de Varsóvia. Isto significa que a Noruega, ainda que seu território seja favorável a ações defensivas, não tem condições para se defender sozinha contra um ataque das forças do Pacto.

No Mediterrâneo, no flanco Sul da OTAN, existem cerca de 38 Divisões da OTAN, mais ou menos o que as forças do Pacto de Varsóvia têm no Sul dos Balcãs e no Cáucaso. Devemos considerar, entretanto, que as forças italianas devem ser reduzidas e que o equipamento das forças turcas e gregas é insuficiente.

Verifica-se, portanto, que na Europa Central está o ponto focal da estratégia soviética. Ali a URSS busca diminuir o poderio das forças da OTAN. Se as atuais negociações chegarem a bom termo e implicarem em redução considerável de efetivos, a porta central da Europa estará aberta para as forças do Pacto de Varsóvia, como já estão ao Norte e, praticamente, ao Sul.

Vê-se, claramente, que, na parte central da Europa, a situação regional e a relação de forças não podem ser avaliadas dissociadamente da relação geral do poderio estratégico que existe no continente.

Além disso, há outras considerações que não podem ser esquecidas, resultantes da assimetria geoestratégica que ocorre entre as duas Alianças. São elas:

— a distância entre a URSS e a linha de demarcação na Zona de Redução na região central da Europa é de, aproximadamente, 650 km, enquanto que a distância entre os EUA e a referida linha é de cerca de 6.000 km, com a interposição do formidável obstáculo que o Atlântico representa;

— o território soviético é justaposto ao de dois dos três países englobados na zona de redução (Polônia e Tcheco-Eslováquia), não se limitando, apenas, com o terceiro, a RDA. Isto lhe dá condições de acesso direto àquela zona;

— a Hungria não está incluída na zona de redução. Nela estão estacionadas 4 Divisões soviéticas, com cerca de 1.100 carros de combate e de 60.000 homens,

além das próprias forças terrestres húngaras, que contam com cerca de 90.000 homens e 1.500 carros de combate. Como a URSS se limita com a Hungria, as forças soviéticas, através dessa última, poderão exercer influência militar sobre a Europa Central. Além disso, a Hungria poderá servir de "pivot" para operações militares, como aconteceu em 1968, no episódio "Primavera de Praga".

Por outro lado, a proximidade geográfica da URSS em relação à Europa Central significa que ela pode, facilmente, fazer retornar à Zona de Redução todas as unidades que tiverem sido evacuadas, e, ainda, reforçar prontamente as forças do Pacto de Varsóvia, através de suas fronteiras ocidentais. Considerando a organização militar uniforme mantida pelas forças do Pacto, verifica-se que a transferência de suas unidades de uma região para outra pode ser realizada de modo ultra-rápido, em contraposição às forças da OTAN, com todas as deficiências de sua estrutura militar, acrescidas das desvantagens que a estrutura política da Organização acarreta, por conceber o estacionamento das forças norte-americanas no continente europeu em função da transferência eventual de reforços dos EUA, em caso de necessidade.

A par disso, surgiu a ação dos eurocomunistas, convencendo os ocidentais de que não devem temer uma agressão armada soviética.

A cegueira aumenta, com raras exceções.

Aparentemente, europeus ocidentais e norte-americanos consideram inviável uma agressão armada das forças do Pacto de Varsóvia, a ponto de admitirem redução de efetivos na parte mais forte do dispositivo da OTAN, quando deveriam, isto sim, fortalecer suas forças, situá-las segundo um dispositivo coerente com as direções estratégicas de possível adoção pelo inimigo, considerar devidamente os efeitos do crescimento urbano sobre as operações militares e desenvolver sistemas de armas eficazes para o combate em áreas edificadas, além de, naturalmente, adestrarem suas forças também para esse tipo de operações.

Das Normas de Orientação para a Estratégia da OTAN, preconizadas pela *Bundeswehr*, em 1970:

“.....

Se o Ocidente reduzir prematuramente sua força e sua disposição para o combate, os russos poderão animar-se a encetar uma política mais agressiva. A condição prévia para uma verdadeira e contínua diminuição da tensão política continua sendo o equilíbrio militar entre Este e Oeste.

.....”

Por que, então, mudaram de idéia? E se agressão ocorrer? Profundamente desunidos, não chegando a um acordo nem mesmo no que diz respeito ao simples padrão de calibre dos fuzis automáticos de suas forças, poderão os países da OTAN fazer face à invasão?

Julgamos que não, razão por que defendemos a idéia de que as

negociações visando à redução mútua de forças na Europa Central, qualquer que venha a ser seu resultado, conflitam com os interesses do bloco ocidental, até mesmo por contrariarem o princípio estratégico da “defesa avançada” adotado pela OTAN. A redução de forças indispensáveis ao retardamento do agressor, a partir da linha de fronteira com os países do Pacto de Varsóvia, e à defesa em profundidade, visando a deter o inimigo, além de tornar, praticamente, inviável a 3ª fase da estratégia ocidental (contra-atacar para expulsar as forças hostis do território da OTAN), colocará a Europa Ocidental na dependência da reunião de reforços estacionados muito distantes (fora do continente europeu), necessidade incompatível com uma agressão inesperada, que deverá caracterizar a ofensiva do Pacto de Varsóvia. Significará, em suma, abrir as portas da Europa Ocidental à dominação vermelha.

Convém lembrar uma citação que ficou famosa: “*Quem quer que acenda a tocha da guerra na Europa nada pode desejar senão o caos.*”

Seu autor, Adolf Hitler. Data: 21 de maio de 1935.

E a II Guerra Mundial ocorreu...

Bibliografia

- BRACKEN, Paul — A expansão urbana e a defesa da OTAN. *Military Review*.
- BRASIL — Ministério do Exército — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *A OTAN e o Pacto de Varsóvia*. A Defesa Nacional, Rio de Ja-

neiro, 672(n): 165-175 – 2º trimestre de 1977.

HALTEMBURG, Hans Gert – *A OTAN e o Pacto de Varsóvia*. Conferência na ECEME. Rio de Janeiro, 1977.

HART, Basil H. Liddell – *History of the Second World War*. Longon Cassel and Company, 1970.

KEESING'S PUBLICATIONS – *Treaties and Alliances of the World*. New York, 1974.

MC INNIS, Edgar – *História da II Guerra Mundial*. The War. Trad. por Ernesto Vinhaes. Rio de Janeiro, Ed. O Globo, 1965, V. 1 a 6.

RFA – Oficina de Imprensa e Informação do Governo Federal. *Bundeswehr*. Revisado por Kurt Neher e Karl Heinz Mende. Bonn. Ed Brönners Breidenstein KG. 1970.

RHUEL, Lothar – *Les Negotiations MBFR*. Revue de L'OTAN. Bruxelas, 24(5): 18-25. Out 1976.



O Cel Art QEMA Ney da Silva Oliveira tem os seguintes cursos militares: Artilharia, da Academia Militar das Agulhas Negras; Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, da EsAO; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Superior de Estado-Maior, da Escola de Guerra de Itália; Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval. Foi Instrutor da AMAN e da ECEME. Serve atualmente na 3ª Seção do Estado-Maior do Exército, Brasília, D.F.